

OS NOVOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E AS DEMANDAS AJUIZADAS ANTERIORMENTE À SUA INSTALAÇÃO: interpretação do art. 25, da Lei n. 10.259/2001

Pedro Luís Piedade Novaes

Juiz Federal da Segunda Vara Federal em Araçatuba/SP,
Professor Universitário
E-mail: penovaes@jfsp.jus.br

RESUMO

O presente artigo analisa o art. 25, da Lei n. 10.259/2001 (Lei dos Juizados Especiais Federais), que determina expressamente que não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação. Apesar de sua redação clara, a jurisprudência dos Tribunais tem dado interpretação diversa de seu conteúdo, gerando atrasos na prestação jurisdicional, prejudicando a própria natureza do rito dessas ações denominadas de pequenas causas.

Palavras-chave: Juizados Especiais Federais — Competência — Processo civil.

ABSTRACT

This article analyzes the article 25 of Brazilian Federal Law number 10259/2001 (Law of Federal Small Claims Courts), which expressly states that will not be sent to the Federal Small Claims Courts claims filed until the date of its installation. Despite its clear writing, the precedent of the courts has given a different interpretation of its contents, generating delays in judgement, undermining the own nature of these actions rite called small claims.

Keywords: Federal small courts — Jurisdiction — Civil actions.

A expressão “a regra é clara”, comumente dita pelo comentarista de futebol Arnaldo César Coelho, nem sempre é possível de ser aplicada no mundo jurídico, haja vista que qualquer norma legal pode ser alvo de interpretações das mais variadas possíveis, mesmo nos casos em que, aparentemente, ela não seja dúbia.

Nesse contexto, cito o art. 25 da Lei n. 10.259/2001, que dispõe de forma incisiva o seguinte preceito: “*não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação*” (grifos meus). De plano, ressalto que o termo “demanda” é definido em qualquer dicionário como sinônimo de processo judicial ou ação, por meio da qual a parte requer algo ao Poder Judiciário. Segundo o Aurélio, demanda é “*processo judicial destinado a reclamar um direito.*”¹ No mesmo sentido, “*demanda pode ser conceituada como o processo judicial ou ação, por meio da qual a parte requer algo ao Poder Judiciário.*”²

Definido o que seja o vocábulo demanda, convém agora abrir um parêntese, para mencionar que em 2001, quando a lei federal n. 10.259 foi publicada, a redação do seu art. 25 era destinada, naquele momento específico, às *demandas* ajuizadas anteriormente nas varas federais e estaduais, pois inexistia, no ordenamento jurídico, na estrutura da Justiça Federal, a figura dos Juizados Especiais Federais – JEFs.

Posteriormente, visando à interiorização da Justiça Federal, foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a Lei nº 12.011, de 4 de agosto de 2009, que autorizou a criação de 230 (duzentas e trinta) Varas Federais, onde foram instalados inúmeros JEFs em todo o país. Logicamente, para a instalação dos novos Juizados Especiais Federais, o art. 25 da Lei n. 10.259/2001 passou a contemplar, além das “demandas” anteriormente ajuizadas nas varas federais e estaduais, da mesma maneira, aquelas ações distribuídas anteriormente em processos virtuais dos JEFs.

¹ Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/demanda>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

² Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/busca?palavras=demanda>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

Ademais, os Tribunais Regionais Federais passaram também a instalar, dentro das varas federais já existentes, Juizados Especiais Federais adjuntos, para agilizar a prestação jurisdicional, como ocorreu no TRF da Terceira Região em várias localidades, como, por exemplo, Avaré/SP, Lins/SP, Assis/SP, Tupã/SP, Jales/SP, Jaú/SP.

Pela redação simples e direta do art. 25, supramencionado, há apenas uma interpretação possível: em caso de instalação de um novo Juizado Especial Federal – JEF, este não pode receber qualquer outro tipo de demanda ajuizada até a data de sua instalação, seja ela advinda de outro JEF, de vara federal ou vara estadual. Por exemplo, se o JEF foi instalado no dia 01.02.2014, este não pode receber ações judiciais ajuizadas até esse dia, sejam de vara estadual, vara federal ou de outro Juizado Especial Federal.

Há que se ressaltar que tal dispositivo legal nunca foi alvo de polêmicas na doutrina. Todos os autores que escreveram sobre a Lei n. 10.259/2001 são uníssomos ao afirmar que a intenção do legislador, no art. 25 é a de *“evitar a sobrecarga da nova justiça especializada que iniciou os seus trabalhos”*³, ou seja, *“o objetivo dessa norma é evitar que os juizados especiais já nasçam assoberbados, o que dificultaria sobremodo a sua operacionalidade, por si mesma difícil pela falta de recursos humanos e materiais na Justiça Federal.”*⁴ Em suma, *“o legislador, ao que parece, demonstra aqui não querer que os juizados especiais federais já nasçam abarrotados de processos;”*⁵ logo, *“somente novas demandas poderão ser processadas nos Juizados Especiais Federais, vedando-se assim o acesso daqueles que já litigavam (com citação válida) no juízo comum (ainda que o processo tenha sido extinto sem julgamento do mérito).”*⁶

Entretanto, mesmo com a redação incisiva do referido art. 25, a jurisprudência, ao contrário da doutrina, nunca foi pacífica, tanto que, no e. Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, foi editada a Súmula n. 26, *verbis*, para explicitar o óbvio:

³ Tourinho Neto & Figueira Junior, 2010, p. 113.

⁴ ALVIM, 2010, p. 257.

⁵ SILVA, 2003, p. 184.

⁶ CHIMENTI, 2012, p. 78.

Não serão remetidas aos Juizados Especiais Federais as causas previdenciárias e assistenciais ajuizadas até a sua instalação, *em tramitação em Vara Federal ou Vara Estadual* no exercício de jurisdição Federal delegada. (grifos nossos).⁷

Malgrado a clareza hialina do referido art. 25 da Lei n. 10.259/2001, tal discussão jurídica voltou à tona em um ponto específico: a aplicação desse dispositivo entre demandas oriundas de outros Juizados Especiais Federais. A questão é tormentosa, mais uma vez, no Tribunal Regional Federal da 3^a. Região. A título de exemplo, em 17.12.2013, foi instalado um Juizado Especial Federal na Seção Judiciária de Araçatuba/SP, a qual recebeu, de imediato, 917 (novecentas e dezessete) *demandas* ajuizadas anteriormente àquela data, advindas de JEFs vizinhos (Andradina/SP, Lins/SP e Catanduva/SP).⁸ Suscitado conflito de competência pelo novo JEF de Araçatuba/SP, em todos os referidos processos judiciais (leia-se: demandas), nos termos do art. 108, I, CF, o E. TRF3 passou a proferir decisões totalmente antagônicas, determinando ora a devolução dos processos para os antigos JEFs, ora entendendo que o juízo competente é o do novo JEF de Araçatuba/SP. Celeuma idêntica ocorreu com o novo Juizado Especial Federal de Guarulhos/SP, o qual recebeu mais de quatro mil processos oriundos de outro JEF vizinho (Mogi das Cruzes/SP), acarretando em evidente atraso na apreciação jurisdicional, em prejuízo das partes envolvidas, pois o Tribunal Regional Federal da 3^a. Região também teve que analisar cada um dos milhares conflitos de competência gerados pela inobservância do art. 25, da Lei n. 10.259/2001.⁹

A questão restou dividida da seguinte maneira: para parte da jurisprudência do TRF3, as demandas ajuizadas anteriormente à instalação de um Juizado Especial Federal, que tenham sido distribuídas anteriormente em outro JEF, podem ser sim redirecionadas

⁷ Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=31>>. Acesso em: 01.12.2014.

⁸ Dados obtidos nas estatísticas do Juizado Especial Federal de Araçatuba/SP.

⁹ Dados obtidos nas estatísticas do Juizado Especial Federal de Guarulhos/SP.

ao novo JEF, desde que a situação fática seja mais favorável ao segurado/autor. Tal argumento é voltado principalmente ao domicílio do autor da ação. Se ele reside em local que passou a ser da competência do novo JEF, é possível o encaminhamento da ação judicial (demanda), em benefício do próprio pleiteante. Nesse sentido, CC n. 2014.03.00.002824-9, Rel. Des. Fed. Daldice Santana, j. 27.03.2014.

Ainda segundo essa linha jurisprudencial, a justificativa para a não aplicação do art. 25, da Lei n. 8.213/1991 nas demandas envolvendo JEFs, encontra guarida nos arts. 3º, §3º e 20, ambos da Lei n. 10.259/2001, e de normas internas do próprio TRF3 (Provimento CJF3R n. 397/2013 e Resolução CJF3R n. 486/2012). No que se refere ao artigo 3º, §3º, da Lei 10.259/2001, este estabelece que *“no foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.”* Já o art. 20 dispõe que *“onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta Lei no juízo estadual”*. Por outro lado, o art. 4º, da Lei n. 9.099/1995 estabelece regras de competência.

Com o devido respeito a tal entendimento jurisprudencial, não há que se falar na aplicação dos arts. 3º, §3º e 20, Lei n. 10.259/2001 para justificar a redistribuição de feitos entre Juizados Especiais Federais, em razão de haver regra expressa no art. 25 do mesmo estatuto legal, que impede de forma inequívoca e clara a remessa aos Juizados Especiais Federais de qualquer demanda ajuizada a partir da data de sua instalação.

Na mesma toada, não há que se falar na aplicação de normas infralegais, de organização administrativa dos Tribunais, para justificar a remessa de processos ajuizados anteriormente à instalação do JEF novo (Resolução n. 486/2012, do E. Conselho da Justiça Federal da 3ª Região), sob pena de ruir o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF).

Finalmente, a argumentação de que o art. 25, da Lei nº 10.259/2001 é apenas aplicado para as demandas oriundas de varas federais e estaduais, tal questão já foi explicitada acima,

demonstrando-se que, no momento da publicação da lei, não existiam Juizados Federais Especiais e, conseqüentemente, não havia demandas dessa natureza na estrutura da Justiça Federal. Ademais, não há no vocábulo “demanda” e muito menos na Lei n. 10.259/2001 qualquer diferenciação entre ações ajuizadas nos Juizados Especiais Federais e em Varas Federais ou Estaduais para justificar tal interpretação.

Por outro giro, parcela dos Desembargadores Federais do TRF3, em posição totalmente diversa daquela explicitada acima, tem o entendimento de que o art. 25, da Lei n. 10.259/2001 deve prevalecer inclusive para as demandas ajuizadas anteriormente em outros Juizados Especiais Federais. Nesse sentido, CC n. 0004382-26.2014.403.0000/SP, relator Desembargador Federal Souza Ribeiro, j. 24.07.2014.

Aliás, para essa corrente jurisprudencial, nem precisaria da redação do art. 25, da Lei n. 10.259/2001, pois caberia apenas observar-se, no caso concreto, o princípio da *perpetuatio jurisdictionis* (art. 87 do CPC [art. 43 do NCPC]), que estabelece que a propositura da ação fixa a competência em um determinado órgão jurisdicional, de forma que modificações fáticas ou jurídicas tornam-se irrelevantes, ressalvadas a exceções expressamente previstas no texto legal. Exemplo de modificação fática seria a alteração do endereço da parte; já modificação jurídica, a alteração da competência territorial do juízo. Logo, se não há no caso concreto nem a supressão de Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária Federal, nem tampouco a modificação de competência em razão da matéria, não há de se cogitar da possibilidade de redistribuição de processos anteriores à instalação de novo JEF, mesmo que oriundos de outro JEF, sob pena de ferir de morte o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*. Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça, ao editar a súmula n. 33, estabelece que a incompetência relativa não pode ser decretada de ofício pelo Juiz.

Tal imbróglgio processual foi pacificado recentemente pelo Tribunal Regional Federal da 3ª. Região. O seu Órgão Especial,

resolveu colocar uma pá de cal nessa celeuma, no sentido de que a criação de nova vara ou Juizado Especial não autoriza a redistribuição dos processos com fundamento no domicílio do réu.¹⁰ Tal decisão gerou a súmula n. 36 do referido Tribunal, *in verbis* “é incabível a redistribuição de ações no âmbito dos Juizados Especiais Federais, salvo no caso de Varas situadas em uma mesma base territorial.”¹¹ Em suma, aplica-se o art. 25, da lei n. 10.259/2001 para qualquer demanda, seja ela oriunda de JEF ou de vara (federal ou estadual).

A referida discussão, também foi alvo de debates perante o XI FONAJEF (Fórum Nacional de Juizados Especiais Federais), realizado nos dias 12 a 14 de novembro de 2014, na cidade de Campo Grande/MS, sendo que o plenário aprovou o seguinte enunciado:

Não serão redistribuídas a Juizado Especial Federal (JEF) recém-criado as demandas ajuizadas até a data de sua instalação, salvo se as varas de JEFs estiverem na mesma sede jurisdicional.¹²

A ressalva dada pelo enunciado aprovado no XI FONAJEF não fere o art. 25, da Lei n. 10.259/2001 e muito menos o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, uma vez que é específico para situações que possam, porventura, ocorrer na mesma sede jurisdicional, envolvendo JEFs. Logo, se houver a criação de um novo Juizado Especial Federal em local em que já existe um em funcionamento, como é comum ocorrer em grandes centros, nesse caso excepcional poderá haver o remanejamento dos processos ajuizados anteriormente na mesma localidade, buscando-se, assim, operacionalizar e agilizar a própria distribuição da Justiça, coadunando com os princípios dos juizados especiais.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-dez-01/criacao-novos-jefs-nao-autoriza-redistribuicao-processos#author>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

¹¹ Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=31>>.

¹² Disponível em: <<http://www.ajufe.org/imprensa/noticias/juizes-federais-reunidos-no-xi-fonajef-aprovam-enunciados-e-carta-de-campo-grande/>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

Conclui-se, assim, que a aplicação do art. 25, da Lei n.10.259/2001 é de rigor e deve ser observada em toda a Justiça quando da instalação de um novo Juizado Especial Federal, seja pela clareza de sua redação, seja pela observância do art. 87 do CPC [art. 43 do NCPC] e da súmula n. 33, do STJ. Quem ganha com essa interpretação é o próprio jurisdicionado, evitando-se o atraso injustificado da prestação jurisdicional, ainda mais em demandas de pequenas causas, as quais prezam pela celeridade processual.

REFERÊNCIAS

AJUFE. *Juizes federais reunidos no XI Fonajef aprovam enunciados e Carta de Campo Grande*. Disponível em: <<http://www.ajufe.org/impressao/noticias/juizes-federais-reunidos-no-xi-fonajef-aprovam-enunciados-e-carta-de-campo-grande/>>. Acesso em 19/11/2014.

ALVIM, J. E. Carreira. *Comentários à lei dos juizados especiais federais cíveis*. 4ª. Edição. Curitiba: Juruá, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal de 1988, Leis Complementares e Leis Ordinárias Federais. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 03/11/2014.

_____. Tribunal Regional Federal da 3ª. Região. Disponível em: <http://www.trf3.jus.br>

CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e prática dos juizados especiais cíveis estaduais e federais*. 13ª. Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

CONSULTOR JURÍDICO. *Competência Absoluta. Criação de novos JEFs não autoriza a redistribuição dos processos*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-dez-01/criacao-novos-jefs-nao-autoriza-redistribuiacao-processos#author>>. Acesso em: 8.12.2014.

DICIONÁRIO AURELIO. Disponível em: <<http://www.dicionarioaurelio.com/demanda>>. Acesso em: 09/12/2014.

DIREITONET. Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/busca?palavras=demanda>> Acesso em 09/12/2014.

SILVA, Bruno Mattos e. *Juizados especiais federais*. Curitiba: Juruá, 2003.

TEIXEIRA, Patrícia Trunfo. *Lei dos juizados especiais federais interpretada*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

TOURINHO NETO, Fernando da Costa. *Juizados especiais federais cíveis e criminais: comentários à Lei n. 10.259, de 12-07-2001*. 3ª. ed. São Paulo: Ed. RT, 2010.